

A ETERNA DISTOPIA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DAS OBRAS *A MORTE E O METEORO* E *O SOM DO RUGIDO DA ONÇA*

The endless Indigenous Dystopia: An analysis of the works *A Morte e o Meteoro* and *O Som do Rugido da Onça*

Caroline Blank Mesquita¹

<https://orcid.org/0009-0006-1834-4401> 

Eduardo Marks de Marques¹

<https://orcid.org/0000-0002-3067-7237> 

¹Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
96010-610 – ppgl.ufpel@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as obras *A Morte e o Meteoro* de Joca Reiners Terron e *O Som do Rugido da Onça* de Micheliny Verunschck, destacando-as como exemplos significativos da literatura brasileira contemporânea que se propõem a dar voz a grupos historicamente silenciados. Esse estudo explora as obras separadamente e também comparativamente, considerando suas semelhanças narrativas e temáticas, a fim de demonstrar como ambas constroem relatos trágicos que se relacionam com a realidade dos povos indígenas. Ao transitarem por diferentes temporalidades, essas narrativas evidenciam como a violência, o desrespeito e o apagamento cultural e histórico se perpetuam na realidade indígena desde o primeiro contato com os colonizadores, fazendo com que esses povos vivenciem uma “eterna distopia”. Com isso, também pretende-se discutir a relevância dessas obras para repensar a maneira deturpada que a história dos povos originários costuma ser contada. Para realizar essa análise, as principais referências estão contidas nas próprias obras literárias e nas reflexões de Ailton Krenak sobre a realidade dos povos originários no Brasil.

Palavras-chave: literatura brasileira contemporânea; povos indígenas; Joca Reiners Terron; Micheliny Verunschck.

Abstract: This article aims to analyze the works *A Morte e o Meteoro* by Joca Reiners Terron and *O Som do Rugido da Onça* by Micheliny Verunschck, highlighting them as significant examples of contemporary Brazilian literature that seek to give voice to historically silenced groups. This study explores each work separately as well as comparatively, considering their narrative and thematic similarities in order to demonstrate how both construct tragic accounts related to the lived realities of Indigenous peoples. By moving through different temporalities, these narratives reveal how violence, disrespect, and cultural and historical erasure have persisted in Indigenous experiences since the first contact with colonizers, leading these communities to endure an “endless dystopia”. This article also seeks to discuss the relevance of these works in rethinking the distorted ways in which the history of Indigenous peoples is commonly told. To carry out this analysis, the primary references are the literary works themselves and in Ailton Krenak’s reflections on Indigenous peoples realities in Brazil.

Keywords: contemporary Brazilian literature; indigenous people; Joca Reiners Terron; Micheline Verunschik.

Introdução

A literatura brasileira contemporânea se destaca pela sua diversidade, seja na estrutura ou na temática. Parecendo buscar uma reparação histórica para diversas questões, é comum que muitos livros recentes deem voz aqueles que foram ignorados ou mal representados na literatura de períodos anteriores. Sendo assim, no século XXI surgem muitas obras sobre grupos historicamente marginalizados, dando protagonismo a personagens pertencentes a esses grupos sendo um destes os povos indígenas. Apesar de personagens indígenas já terem sido destaque em obras clássicas como *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Macunaíma* (1928), eles foram representados de maneira rasa e ofensiva, reforçando estereótipos preconceituosos e desconsiderando, ou minimizando, a situação dramática que esses povos estavam vivenciando e ainda vivenciam.

Atualmente, também há espaço para autores indígenas contarem suas próprias histórias, o que até pouco tempo atrás era inexistente na literatura nacional. No entanto, esse não é o caso dos autores dos livros analisados nesse estudo. Joca Reiners Terron não se dedica apenas a refletir sobre questões indígenas, embora as distopias ambientais, como também é o caso de *A Morte e o Meteoro* (2019), pareçam ser de seu interesse. Da mesma forma, Micheline Verunschik, autora de *O Som do Rugido da Onça* (2021), tem obras com temáticas diversas. Mesmo que o fato de ambos não serem indígenas possa abrir lugar para discussões sobre lugar de fala, isso não diminui a importância de obras como essas. Os autores tiveram sensibilidade para abordar a temática, fazer críticas e propor reflexões de maneira honesta e realista, o que demandou estudo e pesquisa de ambos.

As duas narrativas se conectam com a realidade dos povos originários, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo, tanto que *A Morte e o Meteoro* não é ambientado no Brasil, mas sim no México, sendo grande parte dos personagens também mexicanos. Essa obra é uma distopia ambiental que se passa em um futuro próximo em que o mundo já sofreu transformações permanentes devido às mudanças climáticas: o território do Chile já está submerso pelo oceano e a floresta Amazônica quase não existe mais, tornando-se uma região árida e sem vida. Ambas as situações são possíveis de acontecer se a tragédia climática continuar sendo ignorada. Nesse cenário, uma tribo indígena amazônica próxima da extinção é realocada para o México como refugiada política. O livro gira em torno da história passada e presente desse povo, diretamente impactada pelas ações do sertanista chamado Boaventura. A partir dessa narrativa, é possível refletir não apenas sobre a crise climática e como isso afeta a existência dos povos originários, mas também sobre como a ameaça pode vir dos profissionais que deveriam atuar para protegê-los.

Se o livro de Joca Terron se relaciona com questões que permeiam a realidade, isso é ainda mais evidente na obra de Micheline Verunschik. Em *O Som do Rugido da Onça*, ela constrói sua narrativa partindo da história real de duas crianças indígenas levadas do Brasil



por cientistas para serem expostas e estudadas na Alemanha do século XIX, mantendo alguns personagens e fatos verídicos. No entanto, as poucas informações sobre essas crianças estão nos registros tendenciosos dos cientistas que as levaram. A escritora então preenche as lacunas dos fatos com ficção. Imaginando o que poderia ter acontecido, ela também faz uso de elementos fantásticos e de diferentes crenças indígenas. Trazendo luz a esses acontecimentos, a autora reflete sobre o apagamento histórico dos povos indígenas e a aceitação da crueldade em nome das descobertas científicas.

Diante dessas breves informações a respeito das obras, a temática geral surge, à primeira vista, como a única característica comum entre elas, no entanto, através de uma leitura mais atenta das duas obras em um período de tempo próximo, é possível identificar outras semelhanças significativas. As principais questões que serão exploradas nesta análise dizem respeito a aspectos como a valorização dos algozes históricos dos povos indígenas, a maneira como o tempo é abordado nas narrativas e a perpetuação da tragédia que recai sobre essas comunidades. Embora a proposta do artigo seja fazer uma análise comparativa, ele também vai além dessa perspectiva, de modo que se propõe não apenas a identificar e apontar essas semelhanças, mas, sobretudo, a refletir sobre as escolhas narrativas dos autores e sobre o que essas decisões representam no contexto histórico e cultural dos povos indígenas. Essa abordagem busca ampliar a compreensão do papel dessas obras na construção de uma memória coletiva e no debate sobre a história e a identidade indígena no Brasil.

Passado, presente e futuro: a violência histórica contra os povos indígenas

É fácil relacionar as situações descritas nas narrativas de Terron e Verunschik com a história dos povos originários no Brasil: vivências violentas que não fazem parte apenas do passado, mas persistem na atualidade e não parecem que serão solucionadas no futuro. A apropriação de terras e a dizimação de tribos inteiras parece um problema do passado e que diz respeito apenas aos povos indígenas, mas as consequências disso persistem e fazem parte de uma cultura de desvalorização e destruição do meio ambiente que afeta a todas as pessoas, comprometendo o futuro da existência humana. Por isso, antes de analisar as semelhanças entre as obras e a forma que elas se relacionam com a realidade, é válido refletir sobre essa cultura histórica.

O primeiro encontro dos colonizadores portugueses e os povos originários foi considerado por muito tempo “o descobrimento do Brasil”, rotulado como um encontro pacífico em que os indígenas não resistiram à dominação portuguesa. A naturalização dessa história começou a ser questionada apenas há algumas décadas.

A ideia de que o Brasil foi descoberto em 1500, disseminada até hoje, desconsidera que milhões de pessoas já habitavam essas terras há milhares de anos e demonstra como a história pode ser diferente a depender de quem a conta e a registra para as próximas gerações. A história que conhecemos é o ponto de vista dos colonizadores, que encobrem suas atrocidades por trás da ideia de progresso. Eles nem mesmo reconheciam os



indígenas como seres humanos plenos, mas sim como selvagens que precisavam ser civilizados.

A ideia de que existem seres humanos melhores do que outros é a base de algumas das maiores crueldades da humanidade. Ailton Krenak, um dos líderes indígenas e ativistas ambientais mais simbólicos do Brasil, reflete sobre a construção da sociedade moderna urbana baseada nessa ideia. Segundo ele, os centros urbanos são os espaços da modernidade onde há uma lógica homogeneizadora que expande a sua área de influência de forma invasiva para toda civilização na periferia. Esse processo predatório se baseia na ideia de que existe uma sociedade evoluída e outras sociedades inferiores que precisam ser conquistadas, ou seja, uma ideia de sub-humanidade que prevalece até os dias atuais (Krenak, 2019). Tal perspectiva colabora para a visão de que algumas vidas importam mais do que outras. Ainda segundo Krenak, o Estado brasileiro escolhe quem vive e quem morre, estando a morte direcionada aos humanos de “cor”, de modo que qualquer pessoa que foge do padrão de homem branco cristão, são vidas descartáveis (Krenak, 2019, *apud* Arraes, 2021). Com isso, ele reflete sobre a violência institucionalizada não apenas aos povos indígenas, mas também às pessoas negras, ou de qualquer origem que não seja considerada branca.

Na visão do ativista, há uma tendência evidente de valorização da urbanidade, ou seja, de tudo aquilo que faz parte das grandes cidades. Esses espaços são frequentemente enaltecidos como símbolos de civilidade, desenvolvimento e progresso. Em contrapartida, o que está fora desse contexto urbano é muitas vezes desconsiderado ou relegado a um plano de menor importância na lógica da sociedade capitalista. Nesse panorama, os ambientes naturais e as formas de vida que neles habitam acabam sendo desvalorizados. Krenak denomina essa perspectiva de “cultura sanitarista”, caracterizada pela ideia de que “o que não é cidade, o que não é saneado, o que não é limpinho, a gente elimina do mapa” (Krenak, 2022, p. 61). Essa mentalidade reflete uma visão de mundo que associa a civilização exclusivamente ao espaço urbano, relegando quem vive fora dele a uma condição de primitivismo e selvageria. Assim, essas populações e seus modos de vida são vistos como descartáveis no contexto da civilização capitalista moderna, que prioriza a expansão urbana em detrimento da harmonia com a natureza.

O capitalismo moldou a nossa forma de ver o mundo e de identificar quem pertence ou não a ele. Segundo Raoni Arraes (2021), somos educados para sermos clientes e consumidores, assim, se constituiu uma cidadania baseada no consumo, onde tudo é mercadoria e quem não consome não é considerado cidadão. Esse sistema cria um cenário de ilusão de uma sociedade equilibrada, mas que na verdade está colaborando para a própria destruição. Krenak resume na frase “somos a praga do planeta” (Krenak, 2020b, *apud* Arraes, 2021, p. 107-108) a responsabilidade das pessoas na destruição do próprio mundo. Dessa forma, vivendo nessa sociedade capitalista predatória, temos dificuldade de perceber que a desvalorização dos povos protetores do meio ambiente afeta toda a população.



Nessa linha de raciocínio, a sociedade não indígena, marcada por uma lógica colonial e urbana, frequentemente estabelece uma oposição entre natureza e civilização, associando o progresso ao modelo urbano ocidental e relegando os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas a um lugar de inferioridade. No entanto, os povos originários não podem ser reduzidos à natureza, pois constituem formas próprias de humanidade e civilização, desenvolvidas em profunda relação com o meio ambiente. Suas culturas, crenças e conhecimentos emergem dessa relação, sem que isso signifique a ausência de complexidade social, histórica e cultural. Nesse contexto, Ailton Krenak destaca a importância de valorizar os conhecimentos tradicionais advindos das comunidades indígenas como alternativas para repensar a relação humana com o meio ambiente. Ele entende que a natureza não é apenas uma fonte de recursos para fins econômicos, mas um sujeito que se comunica e com o qual precisamos aprender a conviver lado a lado para o nosso próprio bem (Krenak, 2019, *apud* Arraes, 2021). Ao questionar a noção de progresso associada exclusivamente ao desenvolvimento urbano e à exploração da natureza, Krenak propõe a seguinte reflexão:

Se o progresso não é partilhado por todo mundo, se o desenvolvimento não enriqueceu e não propiciou o acesso à qualidade de vida e ao bem-estar para todo mundo, então que progresso é esse? Parece que nós tínhamos muito mais progresso e muito mais desenvolvimento quando a gente podia beber na água de todos os rios daqui, que podíamos respirar todos os ares daqui e que, como diz o Caetano, alguém que estava lá na praia podia estender a mão e pegar um caju (Krenak, 1999, p. 30).

No Brasil, assim como em grande parte dos países do mundo, os povos originários ainda vivem às margens da sociedade, desvalorizados e atacados. Ailton Krenak critica a relação do Estado brasileiro com as sociedades indígenas, que, mesmo após a constituição de 1988, continua falhando em protegê-las (Krenak, 1999). Sendo assim, apesar de se falar mais sobre a necessidade da preservação do meio ambiente e dos povos originários, com os esforços contínuos de ambientalistas, pouca coisa mudou desde os piores genocídios indígenas de séculos atrás. Ao discorrer sobre o encontro entre os brancos e os indígenas, Krenak causa impacto ao dizer que “quinhentos anos não é nada” para reivindicar “o reconhecimento e respeito a identidade e cultura” dos povos originários (Krenak, 1999, p. 31). O fato dessa fala ter sido ainda no século passado, é mais uma demonstração do descaso com esses alertas, visto que suas reivindicações ainda não foram atendidas.

Ao refletir sobre o encontro entre os colonizadores e os indígenas, Krenak fala que foi o encontro de dois mundos diferentes. A partir de uma noção de tempo cíclico, em que tudo acaba por se repetir, ele afirma que essas tentativas de encontro se configuram em genocídio, dominação e uma colonização que parece não ter fim (Krenak, 2021): “Os fatos e a história recente dos últimos quinhentos anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia” (Krenak, 1999, p. 25).

Ainda segundo ele, esse encontro será sempre um “mau encontro”, enquanto não



houver “contágio” entre as diferentes culturas, sendo que a tentativa de estabelecer contato sem contágio resulta em captura (Krenak, 2020a, *apud* Valentim, 2023). Entende-se por contágio a mistura, o respeito e a coexistência entre os dois mundos, o que não ocorreu. Segundo ele, essa dificuldade de contágio entre duas sociedades distintas se deve ao pressuposto de que o outro é sempre uma ameaça:

É como se já houvesse um registro primeiro, primordial, de risco. É como se nós tivéssemos uma matriz que nos diz que o contato sempre é um risco e não temos a grandeza, ou a humildade, de experimentar esse contato sem querer capturar o outro, a essência do outro. Por isso te provoqueei com a ideia do contato e do contágio, as duas coisas parecem o yin e o yang, a hora que um termina, começa o outro. Nesse texto do Adauto conto aquela história dos Tikuna, do herói mítico dizendo “aquele outro que está vindo, está vindo para acabar com a gente” (Krenak, 2020a, p. 26-27).

Diferentemente da concepção ocidental de tempo linear e progressivo, diversas cosmologias indígenas compreendem o tempo de maneira cíclica, em que acontecimentos do presente retomam relações ancestrais continuamente atualizadas. Segundo Dino, Pankararu e Furtado (2023), essa cosmovisão ancestral é compartilhada por grande parte dos povos originários, como os povos Guarani, os Yanomamis e o povo Krenak, no Brasil. Nesse contexto, a chegada dos colonizadores europeus não é entendida, em algumas narrativas ameríndias, como um evento totalmente novo, mas como o retorno de antigos parentes que romperam vínculos com a coletividade originária. Reflexões de Ailton Krenak retomam essa ideia ao sugerir que o retorno dos brancos é o retorno de um irmão que foi embora há muito tempo, rompendo um parentesco ancestral para retornar como inimigo (Krenak, 1999). Ao abandonar a memória ancestral, eles destruíram a coletividade cósmica da qual eles próprios faziam parte.

Ao analisar essas narrativas, Eduardo Viveiros de Castro (2000) propõe compreendê-las como uma espécie de “teoria indígena da modernidade”, isto é, uma interpretação cosmológica sobre a formação histórica dos colonizadores e sua relação destrutiva com o mundo. O autor aponta que os brancos perderam mais do que ganharam com essa partida, pois “são quase imortais, mas são bestiais; são engenhosos, mas estúpidos; escrevem, mas esquecem; produzem objetos maravilhosos, mas destroem o mundo e a vida” (Viveiros de Castro, 2000, p. 51).

Essa formulação evidencia uma crítica indígena à ideia ocidental de progresso, associando a perda da ancestralidade e da reciprocidade cósmica à violência colonial e à devastação ambiental. Ao refletir sobre essa cosmovisão, vislumbramos sua assertividade em trazer um alerta que logo se tornaria realidade, considerando que o desrespeito contínuo à sabedoria ancestral de preservação da natureza e da conexão entre os povos, pode levar a nossa própria extinção. Como resume o escritor Davi Kopenawa: “temos pouca consciência de que nós, os seres humanos, estamos provocando nossa própria destruição” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 407-420).

Com esse panorama sobre a situação dos povos indígenas no nosso país, é



possível, infelizmente, constatar que a passagem do tempo não resultou em mudanças significativas. Mesmo com todos os alertas sobre a importância da preservação desses povos e do seu modo de vida para a preservação do ecossistema que é fundamental para que exista futuro para a humanidade, poucos esforços são feitos.

Krenak aponta o único caminho para romper com esse ciclo eterno de embate e sofrimento: só quando conseguirmos reconhecer as diferenças não como defeito, mas como natureza própria de cada cultura, poderemos avançar em reconhecer o outro e estabelecer uma convivência verdadeira (Krenak, 1999). É por essas relações, entre os povos e entre humanos e o meio ambiente, ainda serem problemáticas, que as obras literárias que se propõem a refletir sobre esses aspectos são tão relevantes. Elas são capazes de atingir públicos que não parariam para refletir com profundidade sobre essas questões por outros meios, os dois livros que são foco desta análise são bons exemplos disso.

O próprio Krenak reconhece a relevância de *A Morte e o Meteoro* ao recomendar a obra como “uma alegoria da situação dos povos indígenas na atualidade” (Krenak, 2021, min. 48-52, *apud* Araujo, 2024, p. 8). Tendo isso em vista, a próxima seção se dedica a analisar a narrativa das obras *A Morte e o Meteoro* e *O Som do Rugido da Onça*, e refletir sobre o que elas representam na trajetória histórica dos povos indígenas.

A representação do tempo cíclico nas narrativas analisadas

Em *A Morte e o Meteoro*, Joca Reiners Terron apresenta uma distopia ambiental, com foco nas questões indígenas. É uma obra com um forte viés crítico em que o autor nos faz refletir sobre o passado, o presente e principalmente sobre o quão obscuro pode ser o nosso futuro. A distopia ambiental é algo mais palpável do que nunca, já que as mudanças climáticas são uma realidade, com eventos climáticos cada vez mais severos e muitos cientistas apontando que essa situação já não pode ser revertida. Segundo Terron, a distopia já é uma realidade há muito mais tempo, ele afirma que “qualquer possibilidade de utopia no Brasil se perdeu com a colonização, e a distopia impôs-se como uma realidade, muito além de qualquer projeção imaginária” (Terron, 2022, min. 7, *apud* Araujo, 2024, p. 2). Concluindo esse raciocínio, ele ainda diz: “desde que nós conhecemos este país, a utopia está no passado, nós só podemos viver em sistemas distópicos. Aqui, acredito que a distopia é a condição, é a regra e não a exceção” (Terron, 2022, min. 7, *apud* Araujo, 2024, p. 2). Ao pensar que o cenário distópico brasileiro se estabeleceu desde a colonização, os povos indígenas têm sido os mais afetados desde o princípio, de modo que Terron se posiciona com preocupação diante da destruição do meio ambiente e da indiferença dos planos governamentais sobre essas questões. Com isso, ele utiliza sua voz e seu prestígio para, através dessa obra, denunciar o descaso histórico com essas comunidades, ao mesmo tempo que projeta um futuro trágico para toda a humanidade (Araujo, 2024).

Tendo isso em vista, *A Morte e o Meteoro* é uma distopia que se passa em um futuro



próximo, por volta de 2030, e apresenta a história trágica da tribo indígena fictícia dos kaajapukugi. Com apenas 50 indivíduos, todos homens e a maioria já idosos, eles estão diante da própria extinção, sendo a última tribo isolada vivendo na última área de floresta amazônica que ainda resta no Brasil já que, naquele momento, quase toda a floresta já tinha sido dizimada, tornando-se um território árido, sem fauna e flora. Em uma última tentativa de salvar esses indivíduos, eles são levados como exilados políticos para o México, no território dos mazatecos. Os encarregados dessa viagem são o famoso e respeitado sertanista brasileiro Boaventura e o homem que narra a história, um antropólogo mexicano que não tem o nome revelado. Boaventura morre a caminho do aeroporto, antes de chegar ao México, assim, toda a responsabilidade recaia sobre o narrador. Apesar dos esforços para salvá-los, logo que chegam ao novo território e constroem a sua maloca, os kaajapukugi se suicidam em um ritual coletivo sobre o efeito alucinógeno do *tinsáanhán*, que já utilizam há séculos em rituais sagrados. O narrador, então, fica responsável pelo traslado dos corpos de volta ao Brasil.

Grande parte da narrativa se relaciona ao vídeo que Boaventura gravou e enviou ao narrador antes de sua morte. Nesse vídeo, ele revela que pode ter sido assassinado e conta a sua história passada com os kaajapukugi como uma justificativa para que alguém desejasse sua morte. Em resumo, nos anos 1980, ele foi atrás dessa tribo isolada, foi sequestrado e viveu entre eles por um tempo, mas, ao ir embora, sequestrou a última mulher da tribo, que estava grávida e sofreu um aborto durante a viagem de fuga. Ele a violentou por meses e ela engravidou de um filho dele, após o nascimento da criança, ele ainda a prostituiu para pagar suas dívidas. Após a moça se suicidar, ele volta ao território indígena e abandona seu filho para a tribo criar e destrói um túmulo sagrado para eles. Ou seja, Boaventura revela todas as suas atrocidades e sua culpa na extinção da tribo. Levando embora a última mulher e contribuindo para que ela preferisse a morte a continuar sendo explorada e violentada, ele acaba com a última esperança da tribo gerar novos descendentes.

Enquanto está assistindo o vídeo, o narrador é interrompido, pois é convocado a comparecer ao IML, onde os corpos estão sendo preparados, para prestar esclarecimentos a respeito de um dos corpos. O cadáver parece ser de um homem branco mestiço, com características físicas diferentes dos demais, reveladas após retirar a tinta de Urucum que cobria todo seu corpo. Ao voltar ao vídeo, o narrador descobre sobre o filho de Boaventura com a indígena e chega à conclusão de que aquele corpo era desse filho. Ao terminar de assistir, o narrador apaga todos os vestígios do vídeo e embarca no avião com todos os corpos com destino ao Brasil, mas quando estão no ar, o filho morto de Boaventura volta a vida. Do avião, ele e o narrador assistem a terra inteira explodir, como se um meteoro saísse de dentro dela. Sem ter onde pousar e com combustível para só mais uma hora, eles apenas esperam o fim certo, e assim acaba o livro.

Desde o início, a obra transparece a desesperança dessa história, onde tudo parece caminhar para o fim iminente. Apesar da tentativa de salvar essa tribo, sua própria



configuração, formada apenas por homens idosos, os condena a extinção. Assim como a destruição do ecossistema torna eminente a extinção de qualquer vida na terra em pouco tempo, mesmo que não houvesse a catástrofe final. Os personagens não indígenas, Boaventura e o narrador, também são representantes dessa desesperança. Diante da situação do planeta e de suas vidas pessoais, eles parecem aceitar que o fim está próximo. Ambos perturbados pelo seu passado, eles estão a todo momento tentando apagar a própria identidade, de modo que um dos capítulos do livro é nomeado “Apagar o sobrenome”, o qual trata da relação de ambos com seu passado. O narrador chega até mesmo a demonstrar sua própria descrença na missão de que foi incumbido:

Em resumo, tratava-se da última aposta na sobrevivência dos últimos cinquenta kaajapukuji a partir da última ideia (que também foi sua primeira e única) de um político medíocre, levada adiante pelo último sertanista e por um velho mazateco recém-enviuado que representava o último de sua linhagem xamânica. Eu também estava nas últimas. Não tinha como dar errado (Terron, 2019, p. 12).

O humor irônico e sombrio, demonstrado no trecho acima, é empregado algumas vezes pelo autor para retratar a situação dos povos indígenas na América Latina e as instituições encarregadas de defendê-los. Isso retrata muito bem a realidade do descaso e da desvalorização desses povos e de sua forma de vida. Ao falar do seu trabalho na Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas, o narrador diz que sua rotina se resume a despachar “ônibus decrepitos com trabalhadores rurais à zona agrícola” e preencher “certidões de nascimento e óbito a granel” (Terron, 2019, p. 12). Também segundo ele, a “Funai não passava de um almoxarifado onde o Estado depositava velhos trastes” e que “exceto pela linha telefônica em funcionamento, era como se o escritório já tivesse fechado há anos” (Terron, 2019, p. 17). Com essas declarações, ele não só retrata o descaso com os povos indígenas no presente da narrativa, como também pode demonstrar que no futuro essas instituições não serão mais necessárias já que os esses povos não existirão mais.

Essa desvalorização chega a tal ponto que o principal responsável por protegê-los acaba sendo o seu algoz, sem que ninguém saiba de suas atrocidades. Boaventura morre com a reputação intocável e, desde o início, é apresentado como um homem admirável que dedicou a vida inteira a proteger os kaajapukuji. Ele era um “modelo a ser seguido no tratamento dos povos isolados” e mesmo sem ter estudos formais, era considerado um antropólogo “símbolo de um mundo que era destruído rapidamente” (Terron, 2019, p. 14). A sua morte é vista como a extinção de uma “longa cadeia de sertanistas que combateu o Estado brasileiro em defesa da sobrevivência dos nativos” (Terron, 2019, p. 25). Boaventura chega a se emocionar quando conta a história dos kaajapukuji para El Negro, o líder mazateco que irá recebê-los em seu território (Terron, 2019, p. 24), reação que, depois da revelação de seus crimes, pode ser interpretada como culpa, ou até mesmo cinismo. Todas as informações que se têm acesso sobre esse povo advém dele, no entanto, podem não ser todas verdadeiras, visto que ele escondeu por tanto tempo parte da verdade sobre o

seu primeiro contato com eles, só revelando no vídeo para o narrador.

No livro de Terron, temos apenas narradores brancos, o antropólogo mexicano na maior parte do tempo e Boaventura, através do vídeo, sendo os indígenas quase como apenas objetos de sua própria história. Essas escolhas narrativas do autor são interessantes para refletir sobre as questões ambientais e indígenas que ele se propõe a discutir. Elas revelam esse olhar do homem branco para o mundo, olhar problemático que ainda predomina na sociedade mundial. Já na outra obra que é objeto dessa análise, *O Som do Rugido da Onça* de Micheliny Verunschck, a voz que narra a maior parte da história é de uma menina indígena, que expressa, ao mesmo tempo, sua visão infantil sobre o mundo e sua visão crítica ancestral de quem representa uma linhagem infinita de indivíduos e povos que nunca foram ouvidos.

Nessa obra, Verunschck mistura ficção e narrativa documental para contar a história da morte de Iñe-e e Juri, duas crianças indígenas que foram levadas do Brasil para Munique pelos naturalistas Johann Baptist von Spix e Karl Philipp von Martius, em uma expedição de 1817. Esses personagens e essa expedição realmente existiram, assim como várias informações apresentadas pela autora também são resultado de pesquisas feitas por ela, que também é historiadora. No meio da narrativa, ela apresenta trechos do diário de Martius e manchetes de notícias reais de crimes contra indígenas. Além disso, também apresenta a personagem fictícia Josefa, uma mulher paraense de ascendência indígena no Brasil atual, que viaja para Munique buscando conhecer a história das duas crianças.

A partir da história dessas personagens, a autora reflete sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil, desde os primórdios desse país até os dias atuais. Para retratar isso, a narrativa transita entre diferentes tempos e apresenta um tom místico que se baseia em diferentes mitos indígenas. A narrativa começa com os dois jovens indígenas sendo levados do Brasil junto com outras várias crianças de diferentes tribos e com diversas espécies da fauna e flora brasileira. Durante a longa viagem de navio, todas elas morrem, exceto Iñe-e e Juri, que, chegando em Munique, são expostos pelos cientistas como animais exóticos, depois dados como presente para o rei Maximiliano I da Baviera, junto com “85 mamíferos, 350 aves, 2700 insetos e 6500 plantas” (Verunschck, 2021, p. 53). Longe de casa, em um clima frio ao qual não estavam acostumados, estes são expostos a diferentes doenças, e ainda isolados, sem conseguir se comunicar nem mesmo entre si, pois são de tribos com línguas diferentes, de modo que não resistem por muito tempo. O menino Juri morre primeiro, tendo seu corpo dissecado em uma aula de anatomia dos naturalistas e sua cabeça guardada em um vidro de formol (Verunschck, 2021, p. 66). A menina morre pouco tempo depois.

Após a morte de Iñe-e, a narrativa ganha um tom fantástico, pois a menina se transforma em uma onça que terá vida eterna no alto céu na Maloca das Onças (Verunschck, 2021). No entanto, antes desse destino final, ela recebe os ensinamentos da grande onça Tipai uu, com a qual se encontrou quando ainda era muito pequena. Ela faz com que Iñe-e viaje para diferentes tempos e lugares no futuro, assistindo a morte de Martius e Spix, a



destruição do meio ambiente para a construção das cidades e as diferentes situações degradantes as quais os povos indígenas foram expostos no decorrer dos séculos.

Em uma dessas visões ela vê uma menina indígena na rua com um cesto à espera de doações em dinheiro, enquanto seus pais estão vendendo sua arte – “anéis de coco, bichos de madeira, colares e pulseiras” (Verunsch, 2021, p. 56). Com o uso dessa imagem comum na história recente do Brasil, a autora evidencia a conexão da obra também com a contemporaneidade. Diante de tudo que vê, Iñe-e questiona a Tipai uu “E ruindade, ela acaba?”, pergunta a qual a Dona Onça responde da seguinte maneira:

Tu aprende que ruindade não acaba, não acabou com tudo que fizeram antes de mecê vir pro mundo e muito menos com o que fizeram com tu e teus companheiros, nem acabará depois que passar o que fizeram ali com Kaiemi, filha do filho do teu irmão, nem acaba com o que fizeram com o teu povo ou com os boros, os huitotos, os huni kuins, ganância da Aranha a tomar da vida deles. Escuta só, ruindade não acaba, não, ela se estende, encompridando, juá, juá. Por isso que eu quis mostrar isso pra tu. Pra que mecê, tu não se esqueça (Verunsch, 2021, p. 93).

Com essa viagem de Iñe-e por diferentes tempos, Tipai uu queria que ela percebesse que os povos indígenas continuam sofrendo com as consequências da colonização e o descaso do Estado brasileiro. É possível perceber pelo exposto acima, que na parte final da narrativa o livro ganha um tom ainda mais crítico. A autora usa a voz de Iñe-e e Tipai uu para trazer reflexões fortes e importantes, além de inserir manchetes reais sobre crimes contra indígenas.

Ao utilizar a expedição de Spix e Martius como objeto do romance, Verunsch provoca uma inflexão não apenas na história do Brasil, mas também na sua constituição nos campos literários, historiográficos e científicos. O livro coloca em xeque as bases de como se estabeleceram as instituições científicas no país e a que custo, como afirma Renata Dal Sasso Freitas (2024). A autora exemplifica isso, ao expor a diferença entre a visão dos cientistas e das crianças sobre a viagem de navio: “para Spix e Martius, transportava-se um jardim de maravilhas [...] para as crianças e os animais levados contra a vontade, tudo aquilo era um rasgo profundo, inflamado” (Verunsch, 2021, p. 27). Ela também contesta a veracidade da história que nos é contada pela visão colonialista eurocêntrica. Para exemplificar isso, expõe-se trechos do diário de Martius e de documentos históricos no livro, onde é possível constatar como os acontecimentos podem ser romantizados, favorecendo determinados grupos e marginalizando outros. Ao descrever o momento de escrita do diário, a autora imagina que Martius rasura e modifica o que escreve repetidas vezes para maquiagem a verdade, tentando minimizar a crueldade de suas ações:

Martius rasura. Omite o destino do menino. Precisa apagar rastros, estabelecer o lugar do corte entre o vivido e aquilo que gostaria que tivesse acontecido. Ou dar apenas aquilo que as pessoas precisam saber, parca razão da verdade. Toda rasura é uma edição (Verunsch, 2021, p. 21).



Ambos os naturalistas, Spix e Martius, são reconhecidos até hoje pelas suas contribuições no estudo de plantas e animais. Eles lançaram as bases para a divisão dos biomas brasileiros e catalogaram mais da metade de todas as plantas brasileiras conhecidas até hoje, como afirma Alice Santana de Lima (2019). Monumentos foram construídos e ruas nomeadas com seus sobrenomes como homenagem, ou seja, é a história deles que conhecemos. Enquanto isso, a história real das crianças separadas de suas famílias por eles, foi apagada e sua captura normalizada como um mal necessário em nome da ciência e do progresso.

O tempo que não passa e a história que não é contada: as semelhanças entre as obras

Diante da descrição e análise de cada obra, é possível identificar que os autores propõem algumas reflexões semelhantes, como a representação do tempo, se passando em diferentes momentos da história. Enquanto *A Morte e o Meteoro* se passa no futuro, mas também regressa ao passado através do vídeo de Boaventura, *O Som do Rugido da Onça* se passa no passado, mas apresenta a narrativa de Josefa, que acontece no presente, assim como as viagens de Iñe-e para diferentes tempos. Diante dos diferentes cenários apresentados, eles demonstram a perpetuação da situação trágica dos povos indígenas no Brasil, vivenciando as consequências da colonização. A perda constante e crescente de território, seja devido a destruição do meio ambiente, seja por invasão de terras, a violência contra seus corpos e o desrespeito pela sua cultura, são fatores que fazem parte da rotina desses indivíduos, que lutam diariamente pelo direito de existir.

Ao falar sobre seu livro, Terron afirma o ter escrito como “uma denúncia urgente, motivada pela condição sociopolítica do país”, que continua com “a perpetuação da estrutura de desigualdade social do início da colonização” (Terron, 2020 *apud* Araujo, 2024, p. 8). Ele também afirma que enquanto o processo colonial que ainda vivemos não for interrompido não teremos futuro (Terron, 2020 *apud* Araujo, 2024, p. 8). Com essa fala, o autor reflete sobre o impacto profundo do processo de colonização, que se expande por todos os setores da sociedade e se transformou em uma ideologia que influencia a ideia de civilização, difundida nacionalmente e globalmente.

Por isso, o fim do domínio português sobre o território brasileiro não representou o fim do legado da relação de desigualdade e espoliação entre as classes dominantes e os povos desterritorializados, porque, de acordo com José Correa Leite (2019), esse modelo de exploração foi a base das estruturas socioeconômicas do país. Não apenas essas estruturas se mantêm, como também a ideologia por trás delas. Como já comentado anteriormente, a ideia de progresso e civilização pode ser questionável, mas até hoje esses conceitos são interpretados de acordo com uma visão colonial eurocêntrica, que foi aplicada aos povos originários e utilizada como justificativa para sua eliminação e para tentativas de “torna-los civilizados”.

A expansão colonial da Europa não criou apenas uma “consciência planetária”, como



também forjou a própria ideia de saber científico e o que começou como método de classificação de plantas no século XVII se estendeu para animais, incluindo o ser humano e suas “raças” (Pratt, 1999, *apud* Freitas, 2024, p. 10). Essa classificação se perpetuou por muito tempo e serviu de base para o preconceito racial, defendendo a ideia de que existiam “raças” melhores do que outras. O livro de Verunschik apresenta um panorama dessa visão do naturalismo, com a exposição e a dissecação dos corpos das crianças indígenas, o que era normalizado como o estudo de qualquer outro animal ou planta, porque os indígenas não eram considerados humanos como os brancos europeus. Tendo em vista que as consequências dessa herança colonial ainda ecoam na atualidade, é possível retomar a ideia de tempo cíclico de Krenak apresentada anteriormente, em que ele afirma que o encontro entre os povos originários e os colonizadores se repete todos os dias (Krenak, 2019).

De acordo com Mikhail Bakhtin (1989), na literatura, a temporalidade pode ser um elemento narrativo utilizado como parte relevante dos significados da obra e “os autores podem distanciar-se dos conceitos de tempo, reconstruí-los e expandi-los”, como é o caso das obras analisadas aqui. Em *A Morte e o Meteoro*, a história transita entre diferentes tempos, demonstrando as consequências do passado no futuro e o sofrimento contínuo dos povos originários. A própria cosmogonia kaajapukugi que é descrita no livro, elucida a ideia de tempo cíclico e eterno retorno já que “se baseia em um tempo cíclico em que a extinção é necessária para que a humanidade volte a existir” (Araujo, 2024, p. 6). A história dos kaajapukugi é assombrada pela presença de Boaventura que acaba por selar o destino deles. O personagem tem acesso a cosmogonia da tribo através da indígena que ele sequestra. Segundo as palavras de Boaventura no vídeo, ela conta:

A Origem sempre irá se repetir, pois o número de coisas que fazem o mundo tem um limite e para esse número ser alcançado, Xijié, o Mundo tem de repetir. E de novo o Piloto irá se perder, e de novo o Grande Besouro defecará a nuvem negra de cinquenta besouros, Hei-yún, e de novo o Piloto Perdido nos defecará, nos trazendo até aqui, e você subirá o curso do rio até kaajapukugi uma vez, e outra vez e mais outra, ela dizia, e para sempre permanecerá preso ao curso desse rio de destruição e renascimento, Hen-zaogao, Grande Mal, ela disse, ao mesmo tempo me maldizendo e me nomeando pela primeira vez, disse Boaventura (Terron, 2019, p. 72).

Com esse trecho, é possível perceber não apenas a sua crença de que a origem de seu povo irá se repetir eternamente, mas também a de que o encontro com o Grande Mal, ou seja, a figura do homem branco colonizador, também sempre se repetirá. A sua fala expressa que esse encontro nunca será positivo e sempre trará destruição. Isso remete ao questionamento da menina Iñe-e no livro de Verunschik sobre a maldade não ter fim (Verunschik, 2021).

Dessa forma, o livro *O Som do Rugido da Onça* também apresenta diferentes linhas temporais e em todas há maldade e destruição. Assim como Terron, Verunschik não imagina um futuro próspero para a humanidade, a menos que hajam profundas mudanças

no presente e a reparação do passado. Além da viagem da menina por diversos tempos depois de transformada em onça, já citada na seção anterior, o livro também rompe as barreiras temporais com a inserção da história da personagem Josefa, que acontece no presente, no meio da narração dos acontecimentos passados. Sua história é contada a partir de flashes em capítulos que interrompem a história principal e ao mesmo tempo se conectam com ela, construindo uma ponte entre passado e presente. Através dessa ponte, o livro demonstra que mesmo com séculos de diferença entre Iñe-e e Josefa, ambas são corpos atravessados pela experiência da colonização em diferentes aspectos (Freitas, 2024). Em uma de suas falas, Josefa reflete sobre os efeitos da colonização na sua própria criação e na construção social brasileira:

A minha bisavó materna foi pega a laço, sabia? Tenho um tanto de sangue kaiapó em mim. Mas o fato é que todo mundo tem uma avó pega a laço no Brasil, eu, você, o porteiro lá embaixo. Eu cresci com a outra avó, mãe do meu pai, que me criou, uma colombiana turrone, que falava dessa minha ascendência sempre que alguma coisa ligada à minha índole lhe parecia maior que a sua capacidade de resolução. Era como se me dissesse que havia em mim uma força rebelde, incapaz de ser domesticada. Quando eu a escutava falar assim, parecia que o meu cabelo negro e liso ganharia vida própria, e era como se eu pudesse ver de fora de mim os meus olhos injetados de raiva e medo (Verunsch, 2021, p. 68).

Ao falar de sua bisavó, ela questiona a ideia de Brasil como um país orgulhoso de ser miscigenado, “em que todos têm sangue indígena”, mas que o fato de ter ascendência indígena também é visto como um problema a ser solucionado. A ideia que sua avó tinha de que ela precisava ser domesticada, representa o pensamento disseminado pelo colonialismo há séculos, que ainda encontra espaço no presente e que a conecta com o sofrimento da menina Iñe-e.

Na parte final do livro, as histórias de Iñe-e e Josefa se encontram através do rugido da menina transformada em onça que rompe o tempo e chega até Josefa quando ela estava em Munique, buscando conhecer a história das crianças indígenas. Esse rugido libertou todos os fantasmas do seu povo que estavam presos àquele lugar, não apenas as crianças que não resistiram a viagem de navio em que ela também veio, mas todos aqueles que foram roubados de sua terra em diferentes momentos (Verunsch, 2021).

Nesse sentido, o livro de Verunsch parece mais otimista do que o de Terron, pois a autora representa Iñe-e como uma figura de resistência e luta por reparação histórica. Em sua última fala, ela diz que quer devolvido aos povos indígenas tudo que lhes foi roubado e que sabe que isso não acontecerá sem luta: “Pensa que me importo? D’está. Hora dessas eu mesma pego e todo de mecê no uso da mais fina força. Se prepare. Interminável onça!” (Verunsch, 2021, p. 105). Dessa forma o livro termina com a esperança de que está reparação chegue, mas ao mesmo tempo indica que essa é uma luta interminável, que já atravessa os séculos, como o livro demonstra o tempo todo.

Em uma das partes mais emblemáticas do livro, que também se relaciona com a viagem entre diferentes tempos, o rio Isar ganha voz e conta diversas histórias para Iñe-e



na sua chegada em Munique. Ele é retratado como uma entidade viva que conhece todas as histórias, lugares e línguas de todos os tempos. Em uma dessas histórias, ele fala sobre um jovem que morreu durante a construção de uma ponte sobre as suas águas e reflete sobre como ninguém conhece sua história. Depois do acidente que o vitimou ele passa a viver na sociedade que existe abaixo da água, ignorada pelas pessoas que vivem na superfície. A partir dessa fala do rio, pode-se refletir sobre a história de quem perdura pelo tempo e as histórias que são esquecidas, ou nunca contadas.

Outro exemplo da fala do rio que leva a essa mesma reflexão, é o fato de ele falar diversas vezes sobre reis e sobre Martius e Spix (Verunsch, 2021, p. 39). São eles que são reconhecidos e valorizados, tendo fatos sobre suas histórias omitidos ou romantizados para manter suas reputações intocáveis. A história dessas crianças não é contada, elas são como as pessoas invisíveis da sociedade sob as águas do rio Isar.

Essa reflexão gerada por *O Som do Rugido da Onça*, também está presente em *A Morte e o Meteoro*. Em uma fala do narrador logo nas primeiras linhas do livro de Terron, ele expressa a forma como a história oficial foi na maioria das vezes apenas “mais uma mentira ditada pelos vitoriosos”, nesse mesmo trecho ele se refere ao processo de colonização nas Américas como “psicose colonial” (Terron, 2019, p. 7). Segundo André Rezende Benatti (2023), essa história oficial foi criada pelas mãos dos seus próprios algozes, que esconderam atrás de discursos sobre salvação da alma, progresso e estudos científicos, a dominação do território e de todas as riquezas contidas nele. Nesse sentido, na figura fictícia de Boaventura e dos indivíduos reais, Martius e Spix, Terron e Verunsch propõem que se reflita sobre a história que não é contada e expõem esses algozes, que ainda são valorizados e homenageados pela sociedade. De acordo com Mateus de Novaes Maia e Maria Clara Oliveira da Cunha (2023), entende-se que esses personagens são produtos do pensamento colonial, como homens brancos, colonizadores e expropriadores, não deixam de fazer aquilo que conhecem: colonizar e destruir, em nome do conhecimento, da ciência e da nação.

Dessa forma, os livros se relacionam ao apresentarem esses personagens homenageados como salvadores do meio ambiente ou dos povos originários e desmascará-los, revelando suas verdadeiras faces. Como já citado anteriormente, Boaventura era visto como um exemplo a ser seguido na proteção dos povos isolados, no entanto o livro revela que ele foi o vilão justamente do povo do qual era considerado o maior protetor. Os naturalistas do livro de Verunsch, que realmente existiram, são reconhecidos até hoje pelas suas colaborações científicas, mas ela questiona a que custo seus estudos foram feitos e dá luz a história das crianças que foram sequestradas por eles. Assim, ambos os livros podem ser lidos como parte do contexto recente de ressignificação das nações, intensificada nas primeiras décadas do século XXI, para contemplar grupos antes excluídos e silenciados (Freitas, 2024), nesse caso os dois se propõem a dar voz aos povos indígenas. Por fim, essas narrativas possibilitam a reflexão sobre diversos aspectos relacionados ao sofrimento histórico desses povos e a relação destrutiva do ser humano

com o meio ambiente, nos incentivando a repensar todo esse sistema e buscar alternativas para transformá-lo.

Considerações Finais

O presente artigo analisou as obras *A Morte e o Meteoro*, de Joca Reiners Terron, e *O Som do Rugido da Onça*, de Micheliny Verunschck, buscando refletir sobre a forma que ambas abordam de maneira crítica e sensível questões que permeiam a realidade dos povos indígenas. Como essa análise se propôs a relacionar os livros com a realidade histórica desses povos, ela foi iniciada com as reflexões de Ailton Krenak, que faz suas análises não apenas pelo viés historiográfico, mas também faz conexões entre os acontecimentos reais e mitos ancestrais. Diante de suas considerações, foi possível refletir sobre a visão de mundo colonial e a forma como ela ainda tem influência na atualidade, assim como sobre sua conceituação de tempo cíclico. Essas concepções foram utilizadas para melhor entender e analisar as obras literárias, já que se relacionam com o enredo de ambas. A segunda seção do artigo se dedicou a explorar cada obra individualmente, sintetizando os pontos principais de cada narrativa e refletindo sobre a correspondência entre esses pontos e a realidade dos povos indígenas no Brasil e, na última parte, as semelhanças entre as obras foram discutidas.

Diante do que foi apresentado, foi possível demonstrar que ao explorarem diferentes temporalidades, essas narrativas evidenciam não apenas as violências do passado, mas como essas mesmas práticas continuam sendo reproduzidas na atualidade, perpetuando um ciclo de exploração, extermínio e apagamento cultural da população indígena. Dessa forma, a abordagem dos autores demonstra que a distopia indígena não é algo que ficou no passado, mas é uma realidade contínua que tem atingido esses povos desde a colonização. Eles exploram a noção de tempo e destino, desafiando a linearidade histórica e reforçando a ideia de eterna repetição do encontro entre indígena e colonizador e a noção de tempo cíclico, presente na cosmovisão de diferentes povos indígenas, ambas ideias defendidas por Krenak.

Assim, nas duas obras, o tempo se sobrepõe e se confunde, revelando que as vivências do passado não são eventos isolados, mas sim repetições cíclicas que continuam a assombrar o presente e ameaçar o futuro, não apenas dos povos indígenas, mas de toda a humanidade. Com isso, essas narrativas reforçam a urgência de rompermos com essa lógica destrutiva de relação com os povos originários e com o meio-ambiente que se perpetua desde os tempos coloniais, para que haja futuro para o planeta como um todo.

Além disso, também foi possível constatar o papel dessas obras em desconstruir a narrativa oficial e nos fazer refletir sobre a história a qual temos acesso e aquelas que são apagadas, assim como quais são os indivíduos lembrados e quais são esquecidos e ignorados historicamente. Verunschck resgata um episódio histórico real e dá voz a uma menina indígena que, em sua trajetória, questiona e denuncia a brutalidade da ciência colonial. Já Terron apresenta uma narrativa em que os personagens indígenas quase não



possuem voz própria, sendo sua existência mediada pelo olhar do branco, o que, de forma irônica, reflete a maneira como a sociedade e as instituições têm tratado esses povos. Dessa forma, ambos questionam o papel da literatura e da história na perpetuação de narrativas coloniais e incentivam uma reavaliação crítica do passado.

Por fim, diante dessa análise foi possível concluir que *A Morte e o Meteoro* e *O Som do Rugido da Onça* são mais do que narrativas ficcionais, pois ambas mantêm uma relação próxima com diversos aspectos da realidade dos povos indígenas. Pode-se afirmar que elas são manifestos literários que denunciam as falhas históricas e sociais que, ainda hoje, condenam os indígenas à marginalização e à morte. Ao confrontarem o leitor com essa realidade, os autores ampliam o debate sobre história, memória e identidade, reforçando a necessidade de um compromisso coletivo pela valorização e preservação da diversidade cultural brasileira. Essas narrativas nos convidam a questionar a visão de mundo colonial exploratória e destrutiva que constituiu a nossa sociedade e nos ajudam a chegar à conclusão de que a humanidade só terá futuro se essa visão for superada.

Referências

ALENCAR, José de. **Iracema**. 45. ed. São Paulo: Ática, 2007 [1865].

ALENCAR, José de. **O Guarani**. 34. ed. São Paulo: Ática, 2005 [1857].

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1928].

ARAÚJO, Rodrigo Gomes de. Alegorias do fim do mundo: passado e futuro da catástrofe em *A morte e o meteoro*, de Joca Reiners Terron. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 72, e7208, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40187208>. Acesso em: 4 fev. 2025.

ARRAES, Raoni. O útil, o fim, e o Antropoceno: Ensaio Crítico sobre os manifestos de Ailton Krenak. **Antropologia Portuguesa**, Coimbra, n. 38, p. 105-109, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2182-7982_38_7. Acesso em: 30 jan. 2025.

BENATTI, Andre Rezende. Violência e extinção em *A morte e o meteoro*, de Joca Reiners Terron. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 33, n. 2, p. 149-171, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2317-2096.2023.39668>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoría y estética de la novela**. Trad. de ...Madri: Altea, Taurus, Alfaguara, 1989.

DINO, Natália Albuquerque; PANKARARU, Maíra; FURTADO, Larissa Carvalho. O tempo como mecanismo da colonialidade: uma análise crítica do direito de consulta prévia, da justiça de transição e da tese do marco temporal à luz da temporalidade indígena. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 15, n. 29, p. 309-345, jul./dez. 2023. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br. Acesso em: 25 maio 2026.

FREITAS, Renata Dal Sasso. Corpos, tempo, literatura e história em *O som do rugido da onça* (2021) de Micheliny Verunsch e *Huaco retrato* (2022) de Gabriela Wiener. **Revista**



História, Histórias, Brasília, v. 12, n. 23, p. 01-29, jan./mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhh.v12i23.52735>. Acesso em: 5 fev. 2025.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 23-31.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. O contato e o contágio. *In*: DUARTE, Luisa; GORGULHO, Victor (org.). **No tremor do mundo**: ensaios e entrevistas à luz da pandemia. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020a, p. 26-36.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, Ailton. Entre livros: conversa entre Denilson Baniwa, Ailton Krenak e mediação de Pollyana Quintella. **Pivô Arte e Pesquisa**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=flxK77RTHXE>. Acesso em: 30 jan. 2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEITE, José Correa. Apresentação. *In*: SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 01-186.

LIMA, Alice Santana de. Spix, Martius e o legado histórico científico-ficcional das viagens. **Blog da BBM**, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2019/spix-martius-e-o-legado-historico-cientifico-ficcional-das-viagens/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

MAIA, Mateus de Novaes; CUNHA, Maria Clara Oliveira da. Uma psicose colonial nas Américas: visões de uma distopia brasileira em *A Morte e o Meteoro*. **Revista de Letras Norte@mentos**, Sinop, v. 16, n. 42, p. 354-367, jan./jun. 2023.

TERRON, Joca Reiners. **A morte e o meteoro**. São Paulo: Todavia, 2019.

TERRON, Joca Reiners. Entrevista: Joca Reiners Terron – País de ponta-cabeça. [Entrevista cedida a] Jonatan Silva. **Cândido**, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Noticia/Entrevista-Joca-Reiners-Terron>. Acesso em: 4 fev. 2025.

TERRON, Joca Reiners. Tempos de distopia: entrevista com o autor Joca Reiners Terron. [Entrevista cedida a] André Cardoso e Pedro Sasse. **Estudos de Literatura UFF**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tehE5QIZifo>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VALENTIM, Marco Antonio. “Quinhentos anos não é nada”: história e ancestralidade segundo Ailton Krenak. **Somanlu**: Revista de Estudos Amazônicos, v. 23, n. 2, p. 123-137, jul.-dez. 2023.



VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os termos da outra história. In: RICARDO, Carlos. Alberto (ed.). **Povos indígenas no Brasil: 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 49-54.

NOTAS DE AUTORIA

Caroline Blank Mesquita (cblankmesquita@gmail.com) é mestranda em Letras pela Universidade Federal de Pelotas, na área de concentração Literatura, Cultura e Tradução (2024-2026). Possui graduação em Licenciatura em Letras Português e Inglês também pela Universidade Federal de Pelotas (2019-2024).

Eduardo Marks de Marques (eduardo.marks@ufpel.edu.br) é Professor Titular da Universidade Federal de Pelotas e Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq).

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

MESQUITA, Caroline Blank; MARQUES, Eduardo Marks de. A eterna distopia indígena: uma análise das obras *A morte e o meteoro* e *O som do rugido da onça*. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 31, p. 01-19, ano.

Contribuição de autoria

Caroline Blank Mesquita: Concepção, redação e discussão de resultados.

Eduardo Marks de Marques: Orientação, revisão e aprovação.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista *Anuário de Literatura* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 07/01/2026

Revisões requeridas em: 14/05/2026

Aprovado em: 01/09/2026

Publicado em: 21/09/2026

